

Atividades desenvolvidas pela pessoa com deficiência auditiva no Mercado de Trabalho Formal de São Luís – Ma

Activities developed by a person with hearing disability in the Formal Labour Market in São Luis - Ma

Maria José Rabelo Aroucha ¹
Marilete Geralda da Silva²

RESUMO

Este estudo constitui-se um recorte da pesquisa sobre a inserção da pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho formal em São Luís – MA, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação da UFMA. Nele apresenta-se o resultado do levantamento de dados realizado junto à Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego do Maranhão, o qual teve como objetivo identificar o quantitativo de pessoas com deficiência auditiva inseridas no mercado de trabalho e em quais atividades profissionais elas estão envolvidas. Colheram-se as referências teóricas para compor o estudo sobre a concepção de trabalho em Marx, Gramsci e Saviani; em relação à pessoa com deficiência, as contribuições utilizadas foram de Ribeiro e Torres e Madrazo; e, especificamente, sobre a pessoa com deficiência auditiva e suas dificuldades de escolarização com Skliar e Silva. Aponta-se como resultados parciais deste estudo a existência de 320 pessoas com deficiência auditiva empregadas. Os tipos de atividade desenvolvidos envolvem setores como serviços gerais, engenharia e construção, hospitalar, farmacêutico, transportes coletivos, educacional, comercial (lojas de confecção, magazines, eletrodomésticos, alimentos), entre outros.

Palavras-chave: Trabalho. Deficiência auditiva. Inserção.

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora Assistente I no Departamento de Educação e Filosofia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professora da Educação Básica – SEDUC. E- mail: mjarouch@uol.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Departamento de Educação I da UFMA.

ABSTRACT

This study constitutes part of a research about the inclusion of people with hearing impaired in the formal job market in São Luís - MA, held at the Post Graduate Program in Education, Master in Education UFMA. In it, it is shown the results of a survey of data conducted by the Regional Superintendent of Labour and Employment of Maranhão, which had the purpose to identify the amount of people with hearing impaired inserted in the job market and in which professional activities they are involved. Theoretical references were taken to compose the study about the work conception in Marx, Gramsci and Saviani; in relation to people with disabilities, the contributions that were used were by Ribeiro e Torres and Madrazo; and, specifically about the person with hearing impaired and their difficulties with schooling, were used Skliar and Silva. It was pointed as partial results of this study that there are 320 people with hearing impaired employed. The types of activity developed involving sectors like General Services, Engineering and Construction, Hospital, Pharmaceutical, Public Transportation, Education, Shopping (clothing stores, department stores, home appliances, food), among other.

Keywords: Job. Hearing Impaired. Insertion.

Introdução

Pensar, atualmente, sobre a formação profissional das pessoas com deficiência requer superar a concepção de que esta deva ocorrer a partir de oficinas que orientam para uma profissão, sem que haja uma contextualização do mundo do trabalho, da realidade política, econômica e social em que o mundo, e em especial o Brasil, se encontra.

Verifica-se que, hoje, nas escolas públicas de ensino básico em São Luís encontram-se alunos com deficiência estudando e concluindo seus estudos. Questiona-se como estes procederão em suas vidas após concluírem seus estudos. Acredita-se que estes, por já viverem engajados em um meio social que os possibilita conviver com outras pessoas, queiram prosseguir em seus estudos e ingressar

no mercado de trabalho. Embora se percebam ainda indícios de discriminação, a pessoa com deficiência não é mais vista como uma aberração da humanidade.

Para discutir-se esta questão realizou-se uma pesquisa cujo tema é Escolarização e inserção da pessoa com deficiência auditiva³ no mercado de trabalho formal na cidade de São Luís. Esta pesquisa tem como objeto de estudo a relação entre a escolarização e a inserção da pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho formal na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão.

Cumprе ressaltar que a pessoa com deficiência auditiva torna-se o foco desta pesquisa pelo fato de que, embora apresente um comprometimento auditivo que o impede de ouvir e, por isso, necessita de uma atenção educacional especial, é uma pessoa com capacidade de aprender e de desenvolver habilidades, fato este que lhe possibilita o ingresso na escola e sua consequente preparação para o exercício de uma profissão. Esta apresenta em relação às demais pessoas um elemento diferenciador que é o uso de uma via de comunicação alternativa, distinta daquela do ouvinte, a língua de sinais (Libras). Enquanto o ouvinte se comunica pela expressão da palavra, a pessoa com deficiência auditiva utiliza sinais para expressar-se, uma vez que a sua percepção do mundo externo se dá de forma espaço e visual (SKLIAR, 2005).

Desse modo, levanta-se como questão norteadora para discussão: em quais atividades profissionais formais a pessoa com deficiência auditiva, em São Luís, está inserida?

Neste trabalho tem-se como objetivo apresentar o quantitativo de pessoas com deficiência auditiva que estão inseridas no mercado de trabalho em São Luís e em quais atividades profissionais elas se encontram. Destaca-se que o *lôcus* da pesquisa é uma empresa do ramo de alimentos.

Diante do número ainda reduzido de produções bibliográficas sobre o tema proposto, acredita-se que este estudo contribuirá para ampliar a discussão sobre as atividades profissionais

³ Será utilizado o termo em vigência nos documentos legais sobre Educação Especial, como sendo a pessoa com perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um ou mais decibéis (BRASIL, 2005).

desenvolvidas pela pessoa com deficiência auditiva e possibilitar que esta seja vista a partir de suas capacidades e habilidades para o exercício de uma profissão e do convívio social.

2 Relações de trabalho na sociedade capitalista

A configuração da sociedade capitalista atual é o resultado de intensas mudanças socioeconômicas que ocorreram a partir do processo de internacionalização da economia e do avanço tecnológico, possibilitando, assim, transformações nas estratégias de produção e distribuição de mercadorias. Essas mudanças ocorrem em função da própria concepção de trabalho⁴ desenvolvida ao longo do processo histórico, visto que desde as comunidades comunais o homem tem produzido sua existência humana através do trabalho, adaptando a natureza às suas necessidades, humanizando-a e humanizando a si mesmo

Portanto, o trabalho é uma ação inerente ao homem. É através dele que o homem constitui-se um ser social, pois nas relações estabelecidas no processo de produção, ele constrói, cria e recria instrumentos necessários para manter uma interação com a natureza capaz de satisfazer suas necessidades materiais, psicológicas e sociais.

Na Antiguidade, sob a vigência do modo de produção escravista, com o homem já fixado em uma terra, surgiu a categoria proprietário⁵ e a relação de produção acontecia através do trabalho desenvolvido pelos escravos com a finalidade da manutenção dos proprietários, que não exerciam atividade laboral.

Na Idade Média, com o Feudalismo, a agricultura constitui-se como economia vigente e os centros urbanos passaram a viver em função das atividades agrícolas exercidas no meio rural. Este fato provocou mudanças nas relações de trabalho. O trabalho escravo do período anterior foi substituído pelo trabalho servil. Esta nova

⁴ É um meio de produzir riquezas em geral e estabelecer relações entre os homens (MARX, 1973).

⁵ É o dono do dinheiro, dos meios de produção e dos meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia (MARX, 1998).

relação de trabalho fez surgir uma classe, ociosa e dominante, a dos senhores feudais. Deste modo, o trabalho dos servos⁶ se destinava ao seu próprio sustento e ao dos seus senhores.

Com a modernidade, a indústria e a cidade passaram a ser evidenciadas, promovendo alterações nas relações de trabalho outrora vigentes. O trabalhador⁷ libertou-se das amarras da servidão vinculada à terra e, guiado pelos princípios do liberalismo, tornou-se dono de uma força de trabalho⁸ a qual ele vende através de um contrato estabelecido com o capitalista. Assim, libertou-se de um tipo de servidão, mas atrelou-se a outro, pois o seu trabalho passou a ser visto como uma mercadoria⁹ e, como tal, precisava ser vendida, surgindo, assim, o modo de produção capitalista.

Com o avanço tecnológico ocorrido na Microeletrônica, estabeleceu-se a transferência de funções que eram desenvolvidas, anteriormente, pelo homem para as máquinas, ao que se denomina de “era das máquinas inteligentes”; o trabalho começou a ser desenvolvido por máquinas controladas por computadores, o que tem levado o homem à esfera do não-trabalho¹⁰, embora seja mantido como controlador do processo.

Na década de 70, com a difusão dos princípios do neoliberalismo¹¹, outras mudanças ocorreram nas relações de produção. Esta nova configuração alterou as relações de trabalho estabelecidas e ocorreram mudanças na própria dinâmica social, pois ainda na vigência da sociedade industrial, na qual predominava o

⁶ Aquele que trabalha nos feudos de propriedade do senhor feudal.

⁷ É o vendedor da sua própria força de trabalho; portanto, do trabalho por ele realizado, por um salário para suprir as suas necessidades de existência (MARX, 1973).

⁸ Expropriação dos meios de trabalho do trabalhador, dispondo apenas de sua pessoa que poderá vender livremente como mercadoria (MARX, 1998).

⁹ Produto do trabalho humano com valor de troca ou venda na relação comercial (MARX, 1998).

¹⁰ O homem comanda e controla as máquinas e as ajusta às suas necessidades e as adapta às novas necessidades que vão surgindo (SAVIANI, 2003).

¹¹ Caracteriza-se “[...] como um processo amplo de redefinição global das esferas social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável à visão social e política liberal [...] uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social [...] a criação de um espaço em que se torne impossível pensar o econômico, o político e o social fora das categorias que justificam o arranjo social capitalista” (SILVA, 1996, p. 13).

setor secundário, representado pela indústria, deu-se o crescimento do setor terciário, caracterizado pela prestação de serviços.

Diante dessa dinâmica estabelecida pela atenção às necessidades sociais, verificou-se, no final do século XX, a emergência de um novo setor, o quaternário ou informacional, cuja matéria-prima é a informação, o que ocasionou uma mudança no processo de produção, com o surgimento de novas atividades e profissões. Estas mudanças atingiram a organização empresarial, o que fez surgir, nesse novo cenário, um modelo de produção baseado em franquias e subcontratações.

Nessa nova dinâmica que se estabeleceu, as pessoas, para serem selecionadas e contratadas, necessitavam ter o domínio de certas habilidades para criar e tratar as informações ou conhecimentos. Desse modo, as pessoas que não as dominam são excluídas, pois, enquanto na sociedade industrial o trabalhador baseava-se na produção material, na atual lida com o tratamento da informação, hoje realizada em qualquer parte do mundo devido ao avanço tecnológico.

Essa nova configuração do mundo do trabalho¹² acentua a exclusão¹³ do trabalhador, tendo como um dos fatores a falta de qualificação para atender às exigências de mercado. Ao ser afastado do ambiente de trabalho, o trabalhador deixa de exercer uma das atividades que faz parte da construção da sua historicidade. E, para que esta ocorra, é preciso que ele mantenha relações sociais com os outros, o que se concretiza na medida em que faz parte de organismos, que lhe possibilitarão estabelecer relações com a natureza de maneira ativa por meio do trabalho (GRAMSCI, 1991).

O processo de exclusão do trabalhador do seu ambiente de trabalho agravou-se no Brasil, pois a população brasileira é estimada em 180 milhões de habitantes, dos quais 25%, com idade superior a 15

¹² Local/espço no modo de produção capitalista que absorve as massas humanas privadas de seus meios de subsistência. (MARX, 1998).

¹³ É em decorrência do próprio modo de produção capitalista devido à relação de oferta e procura; se a oferta é limitada não atinge, conseqüentemente todos que procuram trabalho, e estes ficam à margem da sociedade sem condições necessárias de sobrevivência. (MARX, 1973).

anos; são analfabetos, segundo dados de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ressalte-se aqui que, para atender às demandas ditadas pela política neoliberal, o Brasil precisa promover avanços quantitativos e qualitativos em termos de aumento do nível de escolarização e, conseqüentemente, melhor qualificação das pessoas para atender as exigências do mercado de trabalho (INSTITUTO ETHOS, 2008).

Ademais, para que o homem sinta-se verdadeiramente incluído, necessita ter acesso tanto ao processo de escolarização quanto a esse mercado de trabalho globalizado que se impõe. Somente assim poderá constituir-se como homem e manter-se em sua condição humana, o que complementa o seu processo de socialização secundária, no qual o trabalho aparece como um elemento essencial para que ele possa ter acesso a condições econômicas que fortaleçam a sua relativa independência financeira, distanciando-o das práticas de subempregos.

3 Atividades profissionais desenvolvidas pela pessoa com deficiência auditiva

Referir-se, hoje, às pessoas com deficiência implica considerar e compreender o movimento inerente à dinâmica social, que produz mudanças na estrutura da sociedade, as quais ocorrem devido a questões tanto em nível social, quanto econômico, político, educacional, entre outras.

Essas mudanças possibilitaram alterações nas denominações atribuídas às pessoas com deficiência, em decorrência das concepções que se construíram a partir dos avanços científicos promovidos por estudos desenvolvidos por médicos, educadores e outros profissionais. Essas concepções, por sua vez, direcionaram a novas práticas nas instituições sociais voltadas para atender às pessoas com deficiência, pois estas se encontravam excluídas do convívio social, educacional e do próprio mercado de trabalho por possuírem alguma deficiência.

Como na Idade Antiga, a formação do homem tinha como

objetivo a defesa e conquistas de terras, para as quais necessitava de habilidades físicas e mentais que lhe possibilitassem defender-se nas batalhas que eram travadas entre os povos. Então, possuir no seio da família uma pessoa com deficiência era motivo de preocupação e perigo, visto que era necessário protegê-la.

Outro fator determinante nesse período era que a pessoa com uma deficiência não era considerada filha de Deus. Daí, então, originar-se a expressão degeneração da raça humana. Portanto, deveria ser exposta ou eliminada devido não ser útil à sociedade.

No período medieval, sob a influência da doutrina cristã, a qual define o homem como a imagem e semelhança de Deus, como Este é considerado um ser perfeito, as pessoas com deficiência passaram a ser objeto de caridade. Outrossim, as demais pessoas, através deste ato, acreditavam que poderiam purificar-se dos pecados cometidos. Contudo, apesar dessa mudança na concepção de ver as pessoas com deficiência, esta ainda ficava confinada em instituições, na qual recebia alimento e moradia. Esta forma de atenção dada às pessoas com deficiência denominou-se de princípio da segregação¹⁴.

Já na Modernidade, com a filosofia humanista exercendo influência na formação do pensamento, a pessoa com deficiência começou a ser objeto de investigação pela Medicina e esta, através de estudos e experiências, passou a evidenciar que questões hereditárias, aspectos orgânicos, disfunções anatômicas, entre outras, seriam as causas das deficiências.

Esses estudos possibilitaram-nos chegar ao século XX com preocupações assistencialistas e médico-terapêuticas. Esse fato despertou o interesse em desenvolver atividades médicas e educativas em relação à pessoa com deficiência nas instituições. Destacam-se aqui as contribuições de Pestalozzi (1746-829), Froebel (1782 -1852), Montessori (1870-952), Binet (1875-911), entre outros. Entretanto, apesar das contribuições desses estudiosos, suas ações ainda foram exercidas em instituições segregadas, situação que perdurou até meados do século XX. Em seguida evidencia-se o

¹⁴ Isolamento das pessoas com necessidades especiais do convívio social por não serem úteis à família e à sociedade (TORRES; MADRAZO, 2006, tradução nossa).

princípio da normalização¹⁵, o qual defendia ser necessário criar condições de vida para que as pessoas com deficiência pudessem viver em condições semelhantes às das demais pessoas.

Dessa forma, o princípio da normalização possibilitou o surgimento de outra concepção de como assistir as pessoas com deficiência, surgindo a prática da integração¹⁶. Com ela, ampliaram-se as possibilidades sociais das pessoas com deficiência, e nesse processo são envolvidos médicos e paramédicos, assim como toda uma equipe escolar, e mais a família e a comunidade. Este fato alertou para a necessidade do envolvimento de todos para que este processo possa acontecer de forma a promover a real aceitação da pessoa com deficiência no convívio social.

Embora este princípio não tenha sido colocado em prática na sua totalidade, pois coexistiu com o modelo segregacionista, abriu-se espaço para a discussão e a necessidade nítida de que era preciso mudar a concepção e a ação das pessoas no que tange às pessoas com deficiência. Esta ideia fortaleceu-se, considerando-se a relação que deve haver entre teoria e prática, a qual não ocorre mecanicamente, mas configura-se a partir de um devenir histórico, em que é fundamental construir uma genuína concepção de mundo para que se possa atuar de forma verdadeira e consciente nesse processo de construção histórica, superando a visão de que ser uma pessoa com deficiência é ser excluída do convívio (GRAMSCI, 1991).

As construções históricas que ocorreram ao longo dos tempos possibilitaram a incorporação de novas formas de compreender a realidade em que se vive. Assim sendo, a década de 90 do século XX constituiu-se como um momento de pensar as políticas sociais a partir da concepção de que todos são diferentes e têm direitos que devem ser respeitados. Concepção esta defendida na Conferência Mundial de Educação para Todos, evento internacional ocorrido em Jomtien, na Tailândia, em 1990, a qual destacou a necessidade da universalização

¹⁵ Tratar as pessoas com deficiência com capacidade de desenvolver uma vida normal (RIBEIRO, 2003).

¹⁶ Realizar incursões pedagógicas no atendimento da pessoa com deficiência, além do tratamento médico e psicológico, em instituições (TORRES; MADRAZO, 2006, tradução nossa).

do acesso à Educação e à promoção da equidade, oferecendo oportunidades às pessoas com deficiência de desenvolverem-se em condições iguais às demais de serem integradas ao sistema educacional (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

A Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade foi realizada no período de 7 a 10 de junho de 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, na qual foi estabelecida a Declaração de Salamanca sobre os Princípios, a Política e as Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Nessa declaração foi defendido que as ações na área da Educação Especial devem pautar-se no princípio de que todos têm direito à Educação.

Dessa forma, são incluídas neste todos as crianças e os jovens que, por terem uma deficiência, se veem excluídos do sistema regular de ensino. A concepção sobre a pessoa com deficiência passou a ser a de um ser humano que requer atenção especial por apresentar uma deficiência. Passou a destacar que essa pessoa, por possuir uma deficiência, não está impedida de exercer a sua cidadania, passando a constituir-se uma pessoa com necessidades educativas especiais, por ser diferente e, como tal, necessitando de ajuda e atendimento que lhe possibilitem desenvolver-se (ESPANHA, 1994).

Reforçou-se, assim, o princípio da inclusão¹⁷ e a concepção acerca da pessoa com deficiência passou a ser a de uma pessoa que precisa construir a sua historicidade, sendo capaz de desenvolver suas potencialidades e, por isso, necessita interagir com seu meio social.

Ofato de que as discussões sobre a forma de cuidar das pessoas com deficiência pela sociedade caminhou em alguns momentos com ideias antagônicas, tal fato vem expressar o movimento histórico pelo qual passou a Educação Especial.

No Brasil, esse propósito começou a demarcar-se a partir da Constituição de 1988, a qual defende o direito de todos à Educação e enfatiza a proteção à pessoa com deficiência, o valor social do trabalho e proíbe a discriminação de salários ou de critério de admissão do trabalhador com deficiência (BRASIL, 1988). Tais desígnios

¹⁷ Defende que alunos com necessidades educacionais especiais tenham oportunidade de acesso às escolas regulares de ensino e que lhes sejam dadas oportunidades de atingir e manter um adequado nível de aprendizagem (ESPANHA, 1994).

impulsionaram, em outubro de 1989, a elaboração da Lei nº 7.853, que regulamenta o Art. 227 da Constituição de 1988, definindo os direitos das pessoas com deficiência, ressaltando a necessidade de sua integração ao trabalho e à sociedade (BRASIL, 1989).

Por sua vez, essa lei possibilitou, em 1991, a criação da Lei nº 8.213 a qual estabelece que as empresas privadas com mais de 100 funcionários devem dispor de 2% a 5% de vagas para a contratação de pessoas com deficiência em seu quadro funcional. No entanto, foi regulamentada somente em 1999, através do Decreto nº 3.298, o qual fixa uma Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência no mercado de trabalho e na sociedade (FONSECA, 2006).

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), aprovado em 1990, reforça a atenção que deverá ser ofertada às crianças e adolescentes com deficiência (BRASIL, 1990). Do ponto de vista da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, a pessoa com deficiência poderá elevar o seu grau de escolaridade concluindo o Ensino Médio e prosseguir nos estudos, direito que lhe é dado no Cap. II, Art. 22¹⁸ e também no Art. 35, Inciso II¹⁹.

O número de pessoas com deficiência que conseguem alcançar índices de escolaridade mais elevados é ainda muito reduzido e, apesar de frequentarem por vários anos os espaços escolares, não conseguem ler e escrever. No caso das pessoas com deficiência auditiva agrava-se o handicap ainda mais, pois estes têm como diferencial a forma de se comunicar. Porém, o acesso à escola, embora seja uma garantia legal, não é uma realidade, pois há carência de profissionais qualificados que possam atender as particularidades das pessoas com deficiência auditiva e das demais pessoas com outras deficiências.

Silva (2005) destaca que a lacuna que se instaura na escolarização da pessoa com deficiência auditiva esteja relacionada a uma série de fatores que acompanham o processo educacional dessa

¹⁸ A Educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e estudos posteriores. (BRASIL, 1996, p. 32).

¹⁹ A preparação básica para o trabalho como forma de adaptar-se às novas condições de ocupação tendo compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos (BRASIL, 1986, p. 35).

pessoa. Destaca ainda que

A escola, ao transmitir os modelos sociais vigentes, reproduz o esquema de dominação, uma vez que é detentora de um saber a que, ainda que em regime democrático, muito poucos tem acesso. É importante frisar que ter acesso não significa apenas ter matrícula e um lugar físico assegurado, mas ser sujeito participante, tanto social como cognitivamente, da construção e da divisão deste saber (SILVA, 2005, p. 42).

A escolaridade é uma importante aliada para que as pessoas com deficiência conquistem um espaço no mercado de trabalho, consigam realizar suas escolhas e exercer sua cidadania com dignidade.

Com a organização das associações e comunidades de pessoas com deficiência surgem discussões sobre questões relativas a necessidades específicas da pessoa com deficiência auditiva. Assim, travaram-se lutas pelos seus direitos, que culminaram com a exigência de mudanças educativas para atendê-los e a oficialização da Libras (Língua Brasileira de Sinais) no sistema de ensino brasileiro através do Decreto nº 5.626/05, a qual é fundamental para o seu progresso nos estudos.

Esse decreto também determinou a formação de docentes para o ensino de Libras em cursos de licenciatura em Letras para atender às séries finais do Ensino Fundamental, o ensino médio e superior e, para a Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, a formação deverá acontecer nos cursos de licenciatura em Pedagogia (BRASIL, 2005).

O Censo, realizado em 2000 pelo IBGE e divulgado em 2002, apontou que, no Brasil, existem 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência física, mental ou dificuldade para ouvir, enxergar ou locomover-se. Dentre essas há 9 milhões de pessoas com deficiência em idade de trabalhar, mas somente 1 milhão (11,1 %) exercem atividades remuneradas e apenas 200 mil (2,2%) são empregadas com registro em carteira de trabalho (INSTITUTO ETHOS, 2006).

Esses dados denotam que ainda é muito reduzido o número de pessoas com deficiência que têm atividade remunerada (apenas 200 mil num universo de 9 milhões). Mostram, também, que estas pessoas são vistas ainda pela sociedade, sobretudo pelos empregadores, como incapazes de desenvolver atividades profissionais cujo rendimento mensal lhes possibilite seu sustento adequado.

Diante desses dados apresentados em nível de Brasil, procurou-se identificar o quantitativo de pessoas com deficiência auditiva que estão inseridas no mercado de trabalho formal em São Luís e quais são as atividades profissionais que são desenvolvidas por eles.

Para tanto, buscou-se: fazer um levantamento de dados junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Maranhão, unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego²⁰, órgão responsável pela fiscalização das empresas em relação ao cumprimento da cota de empregados com deficiência que é exigida pela Lei nº 8.213 (Lei de Cotas). Nesta pesquisa foi constatado, com base nos dados coletados em julho/ 2010, que existem, no Maranhão, 2461 pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho formal. Este quantitativo de pessoas com deficiência está distribuído em 245 empresas privadas instaladas no Estado.

Em relação à cidade de São Luís, identificou-se que 184 empresas particulares empregam pessoas com deficiência, perfazendo um total de 2107 funcionários empregados. Desta forma, vê-se que na capital do Estado encontra-se o maior número de trabalhadores com deficiência. Em relação à pessoa com deficiência auditiva constatou-se um total de 320 pessoas que estão empregadas em São Luís, distribuídas em 103 empresas instaladas na cidade (MARANHÃO, 2010).

²⁰ Tem como competência coordenar, orientar e controlar, na sua área de jurisdição, a execução das atividades relacionadas com a fiscalização do trabalho, a aplicação de sanções previstas em normas legais ou coletivas, a orientação do trabalhador, o fornecimento de Carteira de Trabalho e Previdência Social, a orientação e o apoio do trabalhador desempregado, a mediação e a arbitragem em negociação coletiva, a conciliação de conflitos trabalhistas e a assistência na rescisão do contrato de trabalho (MARANHÃO, 2010).

Os tipos de atividade desenvolvidos pelas empresas privadas que empregam essas pessoas é muito variado. Envolve setores como segurança privada, serviços gerais, engenharia e construção, transportes coletivos, hospitalar, farmacêutico, educacional, comercial (envolvendo lojas de confecção, magazines, eletrodomésticos, materiais de construção, alimentos, etc.), entre outros.

O maior quantitativo de pessoas com deficiência empregadas encontra-se no comércio, em especial no setor de alimentos. É referência como maior empregador da pessoa com deficiência um supermercado que se instalou no estado e tem sua maior expansão na capital. Devido à criação de novas lojas necessita estar atualizando a sua cota de empregados com deficiência. Nele estão empregadas 51 pessoas com deficiência auditiva (MARANHÃO, 2010) e estão distribuídas nas 10 lojas que até então estavam instaladas na cidade. Hoje esse número já aumentou.

As atividades que as pessoas com deficiência auditiva desenvolvem nessa empresa são: auxiliar de caixa, auxiliar de frios e laticínios, auxiliar de reposição, auxiliar administrativo, auxiliar de estacionamento, embalador, repositor, auxiliar de açougue e balconista. Ou seja, exercem funções básicas que fazem com que haja a dinâmica de funcionamento do supermercado e partilham de espaços que são ocupados por pessoas ouvintes.

4 Considerações preliminares

Acredita-se que o fato de o maior número de pessoas com deficiência auditiva empregadas concentrar-se em São Luís, pode ser atribuído à questão do número de empresas que aqui estão instaladas e da consequente expansão promovida por elas, isto requer atualização desse percentual, pois à medida que a empresa cresce em número de funcionários, necessário se faz atualizar a cota de pessoas com deficiência.

Verificou-se que as funções desempenhadas por elas nos locais em que estão trabalhando são variadas e enquadram-se em áreas distintas da Economia, ou seja, não há uma área específica para

a qual são dirigidas, embora admita-se que o comércio é a área, em São Luís, que mais as absorve como empregados. Destaca-se que na área comercial é o setor de alimentos que mais emprega pessoas com deficiência, tendo como maior empregador um grupo comercial; e que, devido a sua expansão na cidade, necessita atualizar a sua cota de empregados com deficiência, o que faz com que amplie a oferta de emprego para estas pessoas.

Acredita-se, também, que o encaminhamento dessas pessoas através de órgãos públicos como é o caso do SINE-MA (Sistema Nacional de Emprego) e de outras instituições como o CAS (Centro de Atenção à Surdez), que realiza um programa de preparação e encaminhamento de pessoas com deficiência auditivas ao mercado de trabalho, favoreça o crescimento do número de pessoas com deficiência empregadas.

Inicialmente, as pessoas com deficiência auditiva ocupavam somente o cargo relativo a serviços gerais. Atualmente, já se encontram em outros ramos de atividade, tais como: empacotadores, repositores, auxiliar administrativo, almoxarifado, atendimento, montador de móveis, instrutores de Libras, pedreiro, eletricitista, jardineiro, entre outros. Estão, hoje, inseridos em setores da economia como Serviços Gerais, Engenharia e Construção, Segurança Privada, Transportes Coletivos, Hospitalar, Farmacêutico, Educacional, Comercial (envolvendo lojas de confecção, magazine, eletrodomésticos, material de construção, alimentos e outros).

Embora os setores em que as pessoas com deficiência auditiva estão inseridas correspondam a atividades de setores menores hierarquicamente, pode-se, até aqui, perceber que essas atividades não se enquadram apenas em tarefas que exijam repetição de ações. Pois, necessitam no seu trabalho diário de habilidades que são desenvolvidas no processo de escolarização. Nas atividades em que estão inseridos são necessários: a leitura, a escrita, o pensamento lógico, conhecimentos matemáticos, noção de espaço e tempo e desenvolvimento de relações sociais.

Dessa forma, pode-se inferir que a pessoa com deficiência auditiva, apesar de necessitar de uma via de comunicação diferente da do ouvinte, tem possibilidades autênticas, desde que seja atendida

a exigência de escolaridade, de inserir-se no mercado de trabalho formal e constituir-se um profissional como as demais pessoas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente – ECA**. Brasília, DF: Senado, 1990. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

_____. **Lei nº 7.853 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE... Brasília, DF, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 10 set. 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, DF, 2005.

CONFERÊNCIA mundial de educação para todos, Tailândia, Jontien. 1990.

ESPANHA. Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO). Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, 10 jun. 1994.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques. Os direitos humanos e a pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, ano 2, n. 2, p 19-24, ago. 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

INSTITUTO ETHOS. **O que as empresas podem fazer pela inclusão de pessoas com deficiência.** São Paulo, maio 2002. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 2 dez. 2008.

MARANHÃO (Estado). Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego no Maranhão - STRE – MA. **Competências.** 2010. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/delegacias/ma/ma_missao.asp>. Acesso em: 7 out. 2010.

MARX, Karl. O método da economia política. In: _____. **Manuscritos econômico filosóficos e outros textos.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. O segredo da acumulação primitiva. In: _____. **O Capital:** crítica da economia política = livro primeiro: o processo de produção do capital. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. cap. 2.

RIBEIRO, Maria L. Sprovieri. Perspectivas da Escola Inclusiva: Algumas Reflexões. In: _____. BAUMEL, Roseli C. R. de Carvalho. **Educação especial:** do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João et al (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2003.

SILVA, Angela Carrancho. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. In: FERNANDES, Eulalia. (Org.). **Surdez e bilinguismo.** Porto Alegre: [s. n.], 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: _____. GENTILI, Pablo A. A. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação:** visões críticas. 4. ed. Petrópolis: [s. n.], 1996.

SKLIAR, Carlos (Org.). Os Estudos surdos em educação: problematizando anormalidade. In: _____. (Org.). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

TORRES, Joana Betancourt; MADRAZO, Maria Tereza Ferrer. **Fundamentos psicológicos y pedagógicos generales de la educación especial.** Havana: Mineografado, 2006.